

O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro

Marcos Bagno (UnB)

Resumo: O impacto das línguas africanas sobre o português brasileiro foi durante muito tempo minimizado ou mesmo negado, sem dúvida por razões ideológicas advindas do profundo racismo vigente na sociedade brasileira. Investigações recentes, no entanto, comprovam, em bases teóricas consistentes, que muitas características exclusivas da gramática do português brasileiro, que o diferenciam não só do português europeu como de todas as demais línguas do grupo românico, se devem aos intensos contatos linguísticos ocorridos no longo período colonial entre as línguas dos escravos, sobretudo as do grupo banto, e o português.

Palavras-chave: português brasileiro; contato linguístico; línguas africanas; banto.

Segundo os dados mais recentes, 51% da população brasileira se compõem de negros e mestiços, o que representa aproximadamente um total de 100 milhões de pessoas não-brancas. Com isso, o Brasil é o segundo país com a maior população de origem africana do mundo, superado apenas pela Nigéria. Apesar disso, as disparidades econômicas e culturais entre brancos e não-brancos representam um verdadeiro abismo de desigualdades:

INDICADOR SOCIAL	BRANCOS	NÃO-BRANCOS
renda acima de 10 salários mínimos	80%	20%
diploma de pós-graduação	80%	20%
analfabetos com mais de 15 anos	5,9%	13%
curso superior	93,87	6,13%
diplomados em Medicina em 2010	97,3	2,7

Além disso, convém lembrar que a população carcerária do Brasil é composta em 73,8% de negros e mestiços entre 18 e 34 anos de idade com baixíssima escolarização. No Congresso Nacional, dos 513 deputados federais, apenas 43 são não-brancos, o que representa menos de 10% do total de parlamentares. Também merece menção o fato de 90% das empregadas domésticas brasileiras serem não-brancas, muitas delas vivendo em regime de semiescravidão e sofrendo violência psicológica, física e sexual da parte de seus empregadores. Somente em 2012 foi promulgada uma lei que garante às empregadas domésticas todos os direitos que cabem às demais categorias profissionais.

Em suma, o Brasil é um país entranhadamente racista, em que a população não-branca sofre discriminação de toda ordem, de toda natureza e todo tipo. Se esse é o quadro socieconômico e sociocultural da população brasileira de origem africana hoje, não é nada difícil imaginar como foi esse mesmo quadro nos mais de três séculos que durou o período colonial no Brasil.

Esse racismo tão impregnado em todos os níveis da vida brasileira não podia estar ausente, é claro, no universo da pesquisa científica. Durante muitas e muitas décadas, o impacto dos falantes de origem africana sobre a formação do português brasileiro foi ou simplesmente negado ou reduzido a aspectos caricaturais, como as recorrentes listas de palavras de origem africana introduzidas na nossa língua. Só muito recentemente, menos de trinta anos na verdade, é que um novo impulso de pesquisa tem lançado luzes cada vez mais fortes sobre o que podemos agora chamar sem rodeios de origens africanas do português brasileiro ou, como sugere o título de um livro importante sobre o assunto, *o português afro-brasileiro* (Lucchesi, Baxter e Ribeiro, 2009).

Cada vez mais autores reconhecem que as diferenças marcantes entre o português brasileiro e a língua da qual ele se originou – o português europeu em sua fase de transição do período medieval para o moderno – se devem primordialmente ao multilinguismo que caracterizou a história do Brasil na maior parte do período colonial. A dispersão pelo território brasileiro de milhões de negros escravizados, falantes de muitas línguas diferentes, não pode ter deixado de incidir fortemente sobre o desenvolvimento do português brasileiro. Durante mais de três séculos, a população negra e mestiça representou a maioria dos habitantes do Brasil: na época da Independência, em 1822, 75% da população era composta de não-brancos.

Uma questão que sempre despertou o interesse dos pesquisadores é por que não surgiu no Brasil, apesar do intenso fluxo de escravos africanos, uma língua nova, “crioula”, radicalmente distinta do português europeu, como o cabo-

-verdiano, o forro, o kristang etc. As semelhanças entre o português brasileiro e o português europeu são mais nítidas do que entre essas duas línguas e as demais surgidas do processo de colonização. Dante Lucchesi, um dos mais destacados pesquisadores brasileiros dedicados ao estudo do influxo africano na formação da nossa língua, oferece as seguintes respostas (Lucchesi, 2009: 70):

- *a proporção entre a população de origem africana e branca, que favoreceu um maior acesso à língua-alvo [o português] do que o observado nas situações típicas de crioulização:*

“[...] a proporção de população branca no Brasil nunca foi inferior a 30%, crescendo significativamente no século XIX, quando chega a quase metade do total. Esse quadro está bastante distante do que deu ensejo às formas mais típicas de crioulização, ocorridas no Caribe. No Haiti e na Jamaica, a proporção de brancos nunca ultrapassou os 10% durante praticamente todo o período da colonização, e o nível de miscigenação entre brancos e negros foi muito mais baixo do que o observado no Brasil. Portanto, de um modo geral, o acesso aos modelos da língua-alvo no Brasil sempre foi maior do que o que se observa nas situações mais típicas de crioulização” (p. 62-63).

- *a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos:*

“A crioulização depende de forma crucial da nativização da língua-alvo, o que, por sua vez, passa pela socialização do uso dessa língua-alvo entre a população dominada. [...] A situação de vida da maioria dos escravos brasileiros não lhes permitia o acesso a qualquer forma de vida familiar ou social” (p. 63).

- *o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos:*

“A crioulização depende do preenchimento de lacunas que se dá quando a língua dominante [o português] é também usada na interação entre os escravos. Se, nessa interação, os escravos lançam mão de uma língua franca baseada na língua nativa do segmento étnico africano mais representativo e/ou de maior prestígio, o processo de crioulização é inibido” (p. 64). “No panorama geral dos três séculos de tráfico há um grande predomínio de escravos trazidos da zona linguística banto. [...] Esse predomínio banto, sobretudo nos séculos XVI e XVII, reflete-se na formação de línguas gerais africanas no Brasil [...]” (p. 65).

- *o incentivo à proficiência em português:*

“[...] outros fatores como a integração do negro na sociedade brasileira e, sobretudo, a miscigenação também atuaram contra a formação de uma língua crioula no Brasil. Se a maioria dos escravos se destinava ao trabalho da lavoura, onde a aquisição do português se dava de forma bastante precária, há de levar-se em conta também os escravos que eram destinados aos serviços urbanos e aos trabalhos domésticos. Esses provavelmente tinham um maior acesso aos modelos da língua-alvo e adquiriam uma variedade de português mais próxima da língua de seus senhores. Para além disso, deve ser considerado que a maior proficiência em português sempre trouxe mais vantagens aos escravos, mesmo entre os que se encontravam nos engenhos [...]” (p. 67).

- *a miscigenação racial:*

“Por fim, o fator que foi decisivo para que não tenha ocorrido um processo representativo de crioulização do português no Brasil foi a miscigenação racial. [...] Alargando os níveis de interação sociocultural entre os setores dominantes e dominados, a miscigenação foi descontinuando progressivamente, para os indivíduos mestiços, novas vias que lhes permitiam uma maior integração na sociedade. [...] Portanto, a miscigenação impediu que, no Brasil, a segregação racial confinasse a população de africanos e seus descendentes em guetos sociais de um mundo cultural à parte, do qual a formação de uma língua crioula e claramente diferenciada [...] seria a consequência natural” (p. 68-69).

De fato, quando comparamos a situação dos negros escravos no Brasil e, por exemplo, nos Estados Unidos, as diferenças ficam bastante claras. Nos Estados Unidos, a profunda e duradoura segregação racial, que permaneceu amparada pela legislação até a década de 1960, e a virtual inexistência de miscigenação – decorrente, entre outras coisas, da criminalização das relações interraciais por leis que vigoraram também até 1967 –, fez surgir uma língua característica dos guetos urbanos das grandes cidades americanas, língua que já foi denominada BEV (*Black English Vernacular*), atualmente designada na literatura sociolinguística como AAVE (*Afro-American Vernacular English*), e que foi batizada de *Ebonics* (derivado de *ebony*, ‘ébano’) por intelectuais negros na década de 1970.

Ao contrário dos Estados Unidos, não se pode dizer que no Brasil exista um “português dos negros”: o que existe é uma polarização, decorrente da profunda discriminação social que tem caracterizado a nossa sociedade, entre a

língua dos segmentos mais pobres – a maioria da nossa população, composta de brancos e, mais essencialmente, de não-brancos – e a língua dos segmentos mais ricos – essencialmente brancos. As variedades linguísticas mais estigmatizadas em nossa sociedade são faladas por negros, índios, mestiços e brancos com menor acesso à escolarização, ao trabalho e à renda. Embora, no plano social, o Brasil seja um país impregnado de racismo, no plano linguístico as diferenças que separam as variedades urbanas privilegiadas das demais, estigmatizadas, são de ordem socioeconômica: a gramática dos negros pobres e dos brancos pobres é a mesma.

Os aspectos mais característicos do português brasileiro, especialmente em suas variedades estigmatizadas rurais ou rurbanas, decorrem, portanto, do contato entre o português colonial e as línguas africanas trazidas com os escravos. Esse contato, como sempre ocorre, acelerou os fatores inerentes à mudança linguística (fatores de ordem cognitiva), além de permitir que aspectos próprios às línguas africanas (especialmente as do grupo banto) atuassem como substrato na constituição do português brasileiro.

Os portugueses, além do pioneirismo nas navegações que revelaram aos europeus o resto do planeta, também foram em boa parte responsáveis pela reintrodução na economia moderna de um sistema de produção que tinha desaparecido na Europa cerca de mil anos antes: a escravidão. Já em 1552, dez por cento da população de Lisboa era composta de escravos africanos.

O sequestro e a coisificação de seres humanos provenientes da África se prolongou por mais de trezentos anos e atingiu, segundo os estudiosos, dez milhões de pessoas arrancadas de sua terra natal, sem contar seus descendentes nascidos no cativeiro. Desses africanos transportados para o continente americano, 40% foram trazidos para o Brasil, que é assim o país que mais recebeu escravos negros na história. Foi também o último país do mundo a abolir a escravidão negra, em 1888, de modo que em mais de 75% dos pouco mais de quinhentos anos de nossa história oficial predominou no país a economia escravagista.

Para o estudo da formação do português brasileiro, o conhecimento da história da escravidão é fundamental e incontornável. O elemento africano sem dúvida é responsável por muitas das características gramaticais específicas do português brasileiro, características que tornam o português brasileiro diferente não só do português europeu como também das demais línguas da família românica e até, em alguns casos, das demais línguas da família indo-europeia. Infelizmente, porém, como já mencionei, o profundo racismo entranhado na pequena parcela dominante de nossa sociedade tem levado ao descaso, ao menosprezo ou ao total

obscurecimento o profundo impacto que os africanos e seus descendentes tiveram sobre o português brasileiro. Essa invisibilidade do negro em nossa história linguística e sociolinguística só muito recentemente começou a ser denunciada e combatida. É certo que na década de 1950 o filólogo Serafim da Silva Neto apontava para a importância dos africanos na constituição do português brasileiro. No entanto, as escolas estruturalistas de pensamento linguístico que dominaram a segunda metade do século XX, centradas em estudar a língua “de dentro para dentro”, sem consideração dos fatores políticos, culturais, econômicos, sociais etc. que orientam e desorientam a vida de qualquer comunidade humana, se esforçaram por explicar as características próprias do português brasileiro pelo recurso à tese da “deriva secular”, isto é, analisando as transformações ocorridas em nossa língua como meras “evoluções” que já estavam “embutidas” ou “em germe” no sistema da língua e que, em solo brasileiro, simplesmente desabrocharam. É certo que existem tendências universais de mudança decorrentes de fatores cognitivos (Bybee, 2015), mas também é certo que não se pode desconsiderar o impacto profundo dos africanos em todos os aspectos da vida brasileira e prioritariamente na nossa língua, impacto devido a fatores sociais e culturais que aceleram as tendências à mudança.

Ora, uma das forças que impulsionam a mudança das línguas, como sabemos, é o contato linguístico. É impossível desconsiderar o impacto dos africanos sobre o português brasileiro quando as fontes históricas nos informam que durante a maior parte da história colonial do Brasil a população branca era minoritária, enquanto a população negra e mestiça – sobretudo depois do quase extermínio das nações indígenas – representava a ampla maioria. Na época da Independência, repito, mais de dois terços da população brasileira era composta de negros e mestiços. Foi necessário um plano governamental de explícito “branqueamento da população”, com estímulo à imigração europeia (alemães e italianos sobretudo), para que a balança racial da população começasse a se equilibrar.

As condições de vida e de trabalho dos escravos, inicialmente nas lavouras de cana de açúcar do Nordeste, mais tarde, no século XVIII, nas extrações de ouro de Minas Gerais e, no século XIX, nas fazendas de café do Vale do Paraíba, impediam que eles tivessem um contato intenso e regular com a língua dos seus senhores. Por isso, através de um processo chamado de transmissão linguística irregular (termo proposto pelo linguista brasileiro Dante Lucchesi, 2003), eles aprendiam o português de forma fragmentada e assistemática. Esse português, então, era reestruturado, regramaticalizado pelas gerações seguintes para que pudesse atender a todas as necessidades de interação verbal de seus falantes. Com isso, foi se formando ao longo do tempo o vernáculo brasileiro, isto é, a língua

da imensa maioria da nossa população, com uma gramática muito diferente da gramática das variedades urbanas de prestígio.

A maioria dos escravos vindos para o Brasil falavam línguas do grupo bantu, principalmente o quimbundo, o umbundo e o quicongo, muito aparentadas entre si e que até hoje são amplamente utilizadas em Angola e em outros países vizinhos. A contribuição lexical dessas línguas ao português brasileiro é notável: utilizamos diariamente uma grande quantidade de palavras de origem banta sem nos darmos conta disso.

Além das línguas da família banta, os escravos também trouxeram para o Brasil línguas do grupo oeste-africano, entre as quais o iorubá. Por causa do prestígio adquirido pelos cultos religiosos do candomblé, trazidos para o Brasil, e mais especificamente para a Bahia, muita gente acredita, erroneamente, que é o iorubá a língua que melhor representa a africanidade do nosso povo. Isso leva muitas pessoas a querer estudar essa língua, na crença de que assim se aproximariam mais das nossas raízes africanas. No entanto, a contribuição do iorubá ao português brasileiro é bastante restrita, quase toda pertencente ao domínio da religião. De fato, 71% das contribuições lexicais africanas ao português brasileiro são de origem banta, sem mencionar as profundas gramaticalizações ocorridas na língua, que também se devem aos falantes bantos. Os escravos bantos foram trazidos para o Brasil muito antes dos iorubás e foram dispersados por quase todas as regiões do país. Os iorubás chegaram mais tarde e foram concentrados principalmente no Recôncavo baiano e alguns outros pontos.

Diversos autores postulam a hipótese de que as pronúncias palatalizadas de /d/ e /t/ diante de /i/, amplamente difundida no território brasileiro – ['dʒia] (*dia*), ['tʃia] (*tia*) – possam ser resultantes de influência do substrato africano. De fato, no português angolano e santomense essas pronúncias também ocorrem.

Diversas características das variedades menos prestigiadas do português brasileiro podem ser facilmente verificadas numa rápida descrição do quimbundo, uma das línguas do grupo bantu falada por um grande contingente de escravos trazidos para o Brasil. Em 1697 foi publicada em Lisboa a *Arte da língua de Angola*, escrita pelo padre jesuíta Pedro Dias. O que o autor chamava de “língua de Angola” é, na verdade, o quimbundo. Vamos ver algumas de suas observações:

► “Todos os nomes, & verbos acabaõ em as vogaes, a, e, i, o, u [...]” (Dias, 1697: 2).

O quimbundo tem uma estrutura silábica do tipo CV.CV (consoante-vogal-consoante-vogal), em que algumas consoantes são precedidas de uma nasalidade

(*nvula*, ‘chuva’). Isso explicaria a tendência do português brasileiro, sobretudo das variedades rurais e rurbanas, a eliminar as consoantes em final de palavra (*fazé*, *cantá*, *amô*, *sinhô*) e a romper os encontros consonantais pela inserção de uma vogal: *fulô* (> *flor*), *terém* (> *trem*), *saravá* (> *salvar*), *parantá* (> *plantar*).

► “Todos os nomes, que no singular começarem pelas syllabas, ou letras abaxo, começarão no plurar em Ma [...].

E	Embe, Maembe	Pombos.
Y	Yala, Mayala	Machos.
Gi	Ngina, Magina	Nomes.
U	Uanga, Maüanga	Feitiços.
Co	Cota, Macota	Mais velhos.
Cu	Cunda, Macunda	Corcovas.
La	Lao, Malao	Riquezas.
Le	Leza, Maleza	Fraquezas. [...]

Os nomes, que começarem pelas letras abaxo, começarão no plural em Gi [...].

G	Nganga, Padre	Ginganga, Padres.
U	Nvunda, Ginvunda	Brigas.
Z	Nzambi, Ginzambi	Deoses.
F	Fuba, Gifuba	Farinhas.
H	Hanga, Gihanga	Perdizes.
P	Pango, Gipango	Traças.
S	Sangi, Gisangi	Galinhias.
T	Tulo, Gitulo	Peitos.
X	Xitu, Gixitu	Carnes.” (Dias, 1697: 4-5)

Como se vê, o quimbundo, ao contrário das línguas indo-europeias, não usa terminações para marcar o plural, mas sim prefixos, partículas que são afixadas *antes* dos nomes. É possível, então, postular que os falantes de quimbundo, tendo de aprender português, identificaram nos *artigos* e outros determinantes dos nomes elementos semelhantes aos seus prefixos, de modo que não faziam a concordância dos nomes por meio de *flexões*. Disso teriam resultado concordâncias como *as casa*, *os menino*, *meus amigo*, *minhas terra*, *essas coisa*, tão características das variedades rurais e rurbanas brasileiras e também das variedades urbanas de prestígio, quando seus falantes se acham em situações de menor monitoramento, maior informalidade.

- “Eme, *Eu*, Eyè, *Tu*, Ae, *Elle*. Plur. Etu, *Nòs*, Enu, *Vòs*, Ao, *Elles*. [...] Naõ tem declinaçao, nem variedade de casos; como tem os pronomes Latinos, & servem de nominativos, & dos mais casos sem variedade dos ditos pronomes”. (Dias, 1697: 8)

Em quimbundo, os pronomes pessoais são invariáveis, não mudam de forma segundo a função sintática (como em português, *eu / me / mim*). É possível que venha daí a tendência que encontramos no português brasileiro rural e rurbano (e mesmo em determinados usos dos falantes urbanos de prestígio) de usar os pronomes do caso reto em todas as funções sintáticas: “*Eu como*”, “*Lera eu*”, “*Dá pra eu*”, “*Vem com eu*” etc.

- “Modo indicativo, tempo presente.

Sing.	Nguizôla, <i>Eu amo.</i>
	üzôla, <i>tu amas.</i>
	üzôla, <i>elle ama.</i>
Plur.	Tuzôla, <i>nòs amamos.</i>
	Muzôla, <i>vòs amais.</i>
	Azôla, <i>elos amam.</i> ” (Dias, 1697: 13)

Tal como se dá com os nomes, também na conjugação verbal o quimbundo emprega prefixos e não terminações. Cada pessoa verbal tem seu prefixo próprio. No aprendizado irregular do português, os falantes de quimbundo teriam identificado nos pronomes pessoais do português os seus prefixos verbais, o que explica o paradigma de conjugação com presença obrigatória do pronome-sujeito e ausência de marcas flexionais de pessoa (com exceção da primeira) em tantas variedades do português brasileiro: *eu falo / tu fala / ele fala / nós fala / vocês fala / eles fala*.

O linguista alemão Eberhard Gärtner, especialista em português, enumera várias outras características do português brasileiro rural e rurbano que poderiam ser atribuídas ao contato de falantes das línguas bantas com o português colonial. Para reforçar sua tese, ele apresenta exemplos de fenômenos semelhantes no português angolano e moçambicano, usado como segunda língua por falantes de línguas bantas. Segundo Gärtner (2002: 294),

- Tanto as línguas africanas como as brasílicas pertencem a grupos tipológicos diferentes, que não conhecem o processo de flexão característico do portu-

guês. Daí terá resultado que os falantes dessas línguas, os chamados aloglotas, obrigados a aprender o português num processo não guiado, simplificassem todos aqueles elementos do português cuja função não lhes fosse transparente do ponto de vista de sua própria língua.

Diz o autor que muitas das características próprias do português brasileiro se devem a “fenômenos que tiveram a sua origem no contato linguístico da época colonial, e que se expandiram da linguagem rural para a urbana inculta e daí para a fala culta” (2002: 297). Essas características seriam as seguintes:

- simplificação da flexão verbal;
- simplificação da flexão nominal (as línguas bantas não classificam as palavras segundo os gêneros);
- omissão (embora não-sistemática) do artigo;
- omissão de preposições (inexistentes nas línguas bantas);
- extensão funcional da preposição *em* para indicar localização mas também direção (*Fui na venda*) – as línguas bantas não ‘distinguem ‘lugar onde’ e ‘lugar aonde’: ‘para casa’ e ‘em casa’ se diz, indistintamente, ‘ku nzo’ (quicongo), ‘konjo’ (umbundo) e ‘ku bata’ (quimbundo);
- simplificação da flexão pronominal (como vimos acima);
- omissão do pronome pessoal objeto (sintaxe típica do português brasileiro, que nisso difere das demais línguas românicas: *Aluguei o filme, ainda não vi [], mas já emprestei [] à Denise, que ficou de me devolver [] no sábado.*);
- pronome sujeito em função de objeto (*Eu conheço ela; leva eu etc.*).

Pesquisas ainda mais recentes no campo da morfossintaxe têm evidenciado um parentesco muito nítido entre estruturas oracionais do português brasileiro e estruturas oracionais das línguas do grupo banto. Duas dessas estruturas merecem destaque, porque caracterizam o vernáculo brasileiro e, ao que tudo indica, fazem com que ele se distinga marcadamente não só do português europeu como também das demais línguas românicas e até mesmo das línguas indo-europeias em geral.

A primeira dessas estruturas é a chamada *concordância locativa*. Nessas construções, os sintagmas adverbiais com sentido de lugar assumem a posição de *sujeito*, de modo que o verbo concorda com eles, ao mesmo tempo em que desaparece a preposição que introduz esses sintagmas adverbiais. Alguns poucos exemplos, que não causam a menor estranheza em nenhum falante brasileiro:

- 1) a. As ruas do centro não tão passando ônibus.
b. Não tá passando ônibus nas ruas do centro.
- 2) a. Aqueles quartos só cabem uma pessoa.
b. Só cabe uma pessoa naqueles quartos.
- 3) a. “algumas concessionárias tão caindo o preço [do carro]”
b. O preço do carro tá caindo em algumas concessionárias.
- 4) a. “Minhas amígdalas tavam saindo sangue”
b. Estava saindo sangue das minhas amígdalas.

Esses exemplos são extraídos da internet e aparecem num ensaio de Charlotte Galves e Juanito Avelar (2014). Segundo esses autores, essa concordância locativa também se verifica nas línguas do grupo banto. E o mesmo se dá com o que eles chamam de *concordância possessiva*, um padrão oracional em que verbos tradicionalmente inacusativos (“intransitivos”) recebem complemento direto, como nos exemplos abaixo, que recolhi da internet e publiquei em Bagno (2012):

- 5) a. **Minha máquina de lavar Enxuta ESTÁ VAZANDO água** por baixo, o que eu faço?
b. está vazando água por baixo DA minha máquina de lavar Enxuta.
- 6) a. fui colocar duas calças e uma bermuda de molho e **a bermuda SAIU tinta** e manchou a calça só vim perceber depois de seco o que faço para tirar essa mancha?
b. saiu tinta DA bermuda
- 7) a. Bom dia galera, não sei se estou postando na área certa mais vamos lá, **meu carro ESTRAGOU o cilindro da ignição.**
b. estragou o cilindro da ignição DO meu carro
- 8) a. **o vestido RASGOU a costura** no esforço.
b. a costura DO vestido se rasgou.

Retomando palavras de Margarida Petter,

São tantas as semelhanças compartilhadas pelas três variedades de português [brasileira, angolana e moçambicana] nos três níveis de organização lingüística selecionados (fonológico, lexical e morfossintático) que fica difícil defender que tais fatos sejam casuais, resultantes de uma deriva natural do português ou decorrentes da manutenção de formas antigas do PE. Por que as mesmas áreas da gramática do português foram “perturbadas”? A hipótese de que essas mudanças tenham sido introduzidas por falantes de línguas africanas, tanto na África quanto no Brasil, impõe-se de forma contundente, mesmo que se considere que no Brasil falantes de línguas indígenas e de outras línguas europeias tenham participado da constituição do PB. É provável que o contato com as LB (línguas do grupo banto) não seja a única explicação para as mudanças observadas no PB, mas esse contato é com certeza bastante relevante. (pp. 171-172)

Por fim, quero concluir citando a saudosa linguista brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva, que nos deixou tão prematuramente, para quem “é impossível se desconsiderar, como se vem fazendo, a participação das populações africanas no conjunto da história linguística brasileira. Do ponto de vista de uma dinâmica histórica, o português dos africanos e o português europeu detêm o mesmo valor, não podendo ser tomados isoladamente como ponto de partida exclusivo”.

Me parece urgente, diante desses argumentos, assumir o caráter marcadamente africano do português brasileiro, levar adiante descrições cada vez mais detalhadas da nossa língua à luz dessas constatações e, sobretudo, declarar e assumir de uma vez por todas que o português brasileiro é uma língua *diferente* do português europeu, decerto muito aparentada, mas já suficientemente distinta em seu próprio sistema sintático e, por conseguinte, semântico e discursivo.

Referências bibliográficas

- ABELAR, J.; GALVES, Ch. (2014). O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Lingüística*, v. 30 (2), diciembre 2014, pp. 241-288.
- BAGNO, Marcos (2012). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- DIAS, Pedro (1697). *Arte da língua de Angola, offerecida a Virgem Senhora do Rosario, mãy, & Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes.
- GÄRTNER, Eberhard (2002). Tentativa de explicação de alguns fenômenos morfossintáticos do português brasileiro. In: T. ALKMIM (Org.), *Para a história do português brasileiro*, Vol. III. São Paulo: Humanitas.

- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (2009). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EdUFBA.
- LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: C. RONCARATI e J. ABRAÇADO (Orgs.), *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras.
- LUCCHESI, Dante (2009). História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (2009). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EdUFBA.
- MATTOS E SILVA, R. V. (2002). Para a história do português culto e popular brasileiro. In: T. ALKMIM (Org.), *Para a história do português brasileiro*, Vol. III. São Paulo: Humanitas.
- PETTER, Margarida (2009). O continuum afro-brasileiro do português. In: C. GALVES, H. GARMES & F. R. RIBEIRO (Orgs.). *África-Brasil – caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.

